



ADUR INFORMA

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN

EDIÇÃO Nº 172

ABRIL 2018



**Assassinato da
vereadora Marielle
Franco causa
tristeza e revolta**

pág 4

Reunião do Setor das IFES aponta os próximos passos da articulação política

Nos dias 10 e 11 de março aconteceu, em Brasília, a reunião do Setor dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Em pauta, informes, avaliação de conjuntura, encaminhamentos do 37º Congresso do ANDES-SN, deliberações do FONASEFE, entre outros assuntos.

Alguns dos informes foram relacionados às datas de reuniões nacionais de alguns Grupos de Trabalho do Sindicato, da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, e de mais uma etapa do Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN. Também foram repassadas informações sobre a participação do Sindicato Nacional no Fórum Social Mundial ocorrido em Salvador, e sobre as reuniões do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE) com o governo (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) no dia 2 de março. De acordo com o texto de relatoria da reunião do Setor das IFES, a reunião com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) “não apresentou nada de concreto em relação às demandas das entidades, mas foi sugerida uma próxima reunião até o dia 10 de abril”.

Outro informe importante foi sobre a movimentação do ANDES em relação à Medida Provisória 805, que prevê o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos federais de 11% para 14%. No momento, a MP está com efeitos suspensos, mas sua validade foi prorrogada por 60 dias. O ANDES

foi admitido como *Amicus Curiae* e poderá fornecer subsídios às decisões do judiciário.

No ponto de análise de conjuntura, um dos encaminhamentos foi realizar rodada de Assembleias Gerais até o dia 23 de março, pautando o dia nacional de paralisação na data da próxima reunião com o MPOG; o fortalecimento e organização da Frente Nacional em Defesa das IES Públicas; as estratégias de luta contra os ataques à autonomia universitária; a organização de proposta de cronograma de agitação/mobilização no sentido de construir a luta pela revogação da EC 95, a Reforma Trabalhista e a Lei de Terceirizações e a construção das etapas regionais preparatórias ao III ENE. Todos estes pontos foram debatidos na Assembleia Geral da ADUR ocorrida no dia 22 de março.

Outros encaminhamentos foram: articular, em conjunto com os SPFs nos estados, a luta em defesa dos serviços públicos; produzir Informandes Especial a respeito da Política de Remuneração Salarial e os ataques estabelecidos pela MP 805/2017; e que as seções sindicais organizem debates a respeito da situação dos venezuelanos refugiados no Brasil, especialmente em Roraima, na perspectiva da construção de ações de apoio e solidariedade.

Por último, foi feita uma agenda com as próximas atividades do Setor das IFES, sendo a mais importante, a data da reunião conjunta entre Setores das IFES/IEES-IMES, GTCarreiras, GTPFS e GTPE, que ocorrerá nos dias 13 e 14 de abril; e a próxima reunião do Setor das IFES, dia 15 de abril.

ADUR no Instituto Três Rios

Em 28 de março, os professores Antonio José Mayhé Nunes e Leandro Tomás de Araujo estiveram no Instituto Três Rios – ITR, representando a Diretoria da ADUR, na primeira visita da atual gestão. Atendendo pedido do Prof. Sady Junior Martins da Costa de Menezes (Vice-Diretor Acadêmico do ITR), a Profa. Erika Cortines (Chefe do Departamento de Ciências do Meio Ambiente) guiou a visita às instalações do Instituto, aproveitando para informar sobre as principais demandas dos docentes,

quanto às condições de trabalho e questões jurídicas. Os membros da Diretoria da ADUR também fizeram contato com o Sr. Diego Jesus de Oliveira (Vice-Diretor do Campus), que indicou o local apropriado para a instalação da faixa “Marielle e Anderson presentes”.

Faixa em memória de Marielle e Anderson foi fixada próximo ao outdoor da ADUR, estacionamento do Instituto

Comunicado do GTPE da ADUR-RJ

Em 27 de março, o Pró-Reitor de Graduação da UFRRJ, prof. Joecildo Rocha, convocou os coordenadores dos cursos de Licenciatura para uma reunião cuja temática era: "A formação docente e as práticas de ensino/aprendizagem interdisciplinares e inovadoras para a educação básica como construção do conhecimento e valorização da docência". Na realidade, os temas tratados foram: Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica (PRP).

A professora Celia Regina Otranto esteve presente como coordenadora do GTPE da ADUR-RJ e Coordenadora do GT 11- Política de Educação Superior da ANPEd. Ela pediu um espaço para fazer uma análise política do Programa de Residência Pedagógica, que lhe foi prontamente concedido pelo Pró-Reitor.

A professora Celia Otranto apresentou aos presentes um documento assinado por várias Associações Acadêmicas, tais como: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da

Educação (ANFOPE) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR) Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) Associação Brasileira de Currículo (ABdC) Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), dentre outras que analisaram criticamente o PRP.

A professora Celia chamou a atenção para alguns pontos importantes contidos no documento, destacando que:

1- O Programa Residência Pedagógica fere a autonomia universitária, ao induzir nas IES projetos institucionais de formação que destoam das concepções de formação docente presentes nos seus próprios projetos pedagógicos, violando o preconizado no Parecer e na Resolução CNE/CP n. 2/2015, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores no Brasil.

2- O PRP incorre em uma visão reducionista da formação de

professores, que em vez de implementar no processo formativo a necessária unidade teoria-prática, que não pode ser dicotomizada, propõe uma desvinculação definitiva de teoria e prática, reduzindo a formação docente a um "como fazer" descompromissado de uma concepção sócio-histórica e emancipadora.

3- O modelo proposto pelo Programa de Residência Pedagógica está amparado na exigência de que as Instituições de Ensino Superior aceitem a BNCC como eixo norteador dos cursos de Licenciatura.

A diretora da ADUR ainda complementou a análise política informando que a Universidade receberá poucas bolsas e que aumentará o número de pontos da sua avaliação institucional com alunos e professores voluntários, ou seja, que não receberão bolsas.

Além disso, alertou para fato de que os estudantes de graduação inseridos no Programa Residência Pedagógica se constituirão em mão-de-obra barata para as prefeituras, estados, e instituições privadas, podendo trazer consequências sérias para os novos professores que são formados a cada ano e que, provavelmente, não contarão com vagas abertas para contratação, uma vez que os espaços estarão ocupados pelos "residentes". Isso porque contratar "residentes" será muito mais vantajoso, pois não implicará em compromissos com encargos trabalhistas, precarizando ainda mais a profissão docente.

Finalizando, a professora solicitou aos coordenadores presentes que não se pautassem somente no discurso oficial dos Editais para tomar decisões que dizem respeito ao futuro de seus alunos e à qualidade da educação pública. Que considerem também as análises políticas desenvolvidas por profissionais da área.



Vereadora é assassinada no Rio

Socióloga, feminista, militante dos direitos humanos, Marielle Franco foi executada em uma emboscada no centro do Rio de Janeiro, dia 14 de março de 2018.



Nascida e criada na favela da Maré, Marielle foi eleita vereadora nas eleições municipais de 2016 com 46.502 votos.

Seis dias após o Dia Internacional da Mulher, a quinta vereadora mais bem votada da cidade do Rio de Janeiro foi executada com 4 tiros na cabeça ao sair do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”. Marielle Franco foi eleita em 2016 pelo Partido Socialismo e Liberdade com mais de 46 mil votos, na sua primeira disputa eleitoral. Seu mandato, que não chegou ao segundo ano completo, foi marcado pela defesa dos direitos humanos, da população negra e pela pauta feminista.

O carro da parlamentar foi alvejado por treze tiros no bairro do Estácio,

região central do Rio de Janeiro, no dia 14 de março. Todos direcionados à janela onde estava Marielle. As investigações apontam que o carro foi seguido por 4 km, desde a saída do evento que ocorreu na Lapa. Também estavam no carro o motorista Anderson Gomes, que foi atingido pelos tiros e morreu, e uma assessora de Marielle, que não estava na linha de fogo dos tiros e sobreviveu à emboscada.

Em 28 de fevereiro ela foi nomeada relatora da comissão destinada a acompanhar a intervenção federal no Rio de Janeiro. E no dia 10 de

março, quatro dias antes de seu assassinato, a vereadora denunciou a ação policial do 41º Batalhão em Acari, que matou jovens e jogou em uma vala.

O Batalhão denunciado por Marielle é o que mais mata no Rio de Janeiro: de 2011 até 2018 foram registradas 567 mortes decorrentes de supostos confrontos com a polícia, a informação é do Instituto de Segurança Pública. O Batalhão faz o patrulhamento dos bairros da zona norte da cidade: Colégio, Irajá, Vicente de Carvalho, Pavuna, Costa Barros, Acari, entre outros.

Investigações

As investigações sobre a morte de Marielle começaram no dia seguinte, mas ainda não se sabe muito sobre o atentado. No segundo dia de investigações a polícia concluiu que as munições utilizadas na execução de Marielle foram vendidas para a Polícia Federal em 2006, e as munições são do mesmo lote das utilizadas na Chacina de Osasco, em 2015.

Até o fechamento desta edição não se tem informações concretas a respeito dos responsáveis por este atentado e pouca coisa foi divulgada.

As circunstâncias do crime apontam que a execução pode ter sido encomendada por policiais corruptos ou pela milícia. Em 2008, Marielle participou, como assessora de Marcelo Freixo, da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a ação de grupos paramilitares em várias

regiões do estado do Rio.

Imagens de segurança mostraram que milicianos estiveram na Câmara Municipal antes do assassinato de Marielle. O ex-vereador Cristiano Girão Matias esteve no local no dia 7 de março e informou na recepção que iria até o Gabinete da Presidência. Girão foi eleito em 2008 pelo partido PMN, mas em 2009 foi preso sob a acusação de chefiar um grupo miliciano em Jacarepaguá. As imagens mostraram o ex-vereador no sétimo andar da casa, onde fica o gabinete de Zico Bacana (PHS), que também foi citado na CPI das milícias como um dos líderes de um grupo paramilitar.

A Divisão de Homicídios detectou a presença de pelo menos mais um miliciano na Câmara. Segundo a DH, o policial militar, que não teve a identidade revelada, visitou a Câmara horas antes do crime e também estava entre os investigados pela CPI das milícias.

Assassinato de vereadora gera protestos

O choque pelo assassinato brutal da vereadora foi sentido em todo o país. Em várias capitais aconteceram manifestações e protestos. No Rio de Janeiro, uma multidão se reuniu em frente à Câmara Municipal para se despedir de Marielle e protestar por justiça. Sempre presente em atos políticos e protestos, a Polícia Militar se fez notar pela completa ausência no velório da vereadora. Entre os integrantes do ato, estiveram presentes muitos docentes, discentes e técnicos da UFRRJ, que foram até o centro do Rio de Janeiro em dois ônibus, um disponibilizado pela universidade, e outro pela ADUR.

São Paulo, Maceió, Natal, Salvador, Manaus, Brasília, Vitória, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis também sediaram protestos em memória de Marielle. Além das manifestações no Brasil, também ocorreram atos em cidades estrangeiras, como



Milhares de pessoas ocuparam a praça da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, no velório da parlamentar.

em Lisboa, Porto, Paris, Berlim, Nova York, Sydney, Buenos Aires, Montevideu e Santiago.

Na UFRRJ, falas emocionadas, olhos marejados e o silêncio marcaram o encontro convocado pela professora do curso de Ciências Sociais, Carly Machado, em memória da vereadora. O evento encheu o auditório do PAT quase exclusivamente por mulheres. Nas falas emocionadas, professoras e estudantes contaram sobre a relação que mantinham com a parlamentar. “A conheci na movimentação do Me Avisava Quando Chegar”, “Ela foi o primeiro voto da minha filha”, “Eu não a conhecia, mas sua morte é muito simbólica e me atingiu muito mais do que eu imaginaria”.

Diante do assassinato de Marielle,

inúmeras instituições e figuras públicas se posicionaram. Em nota de repúdio, o ANDES-SN lamentou profundamente a morte da vereadora, destacou sua atuação “ao lado das trabalhadoras e trabalhadores”, e demonstrou grande preocupação em relação à tragédia diante da militarização do estado do Rio de Janeiro, que se encontra sob intervenção das forças armadas.

Repercussão Internacional

A morte da vereadora teve repercussão internacional. Jornais como The Guardian, BBC, El País, The New York Times, Washington Post, Telesur e Clarín noticiaram o fato. A cobertura estrangeira deu destaque

ao engajamento da parlamentar com os direitos humanos e da sua morte como um atentado político. O jornal espanhol El País teve como manchete “Comoção no Brasil pelo assassinato de Marielle Franco, vereadora e ativista do Rio”; The Washington Post e a rede de televisão Telesur destacaram o fato de Marielle ser uma representante política da esquerda brasileira.

No Parlamento Europeu deputados homenagearam a vereadora durante plenário e exigiram que o bloco condenasse o assassinato de Marielle. A Organização das Nações Unidas emitiu uma nota no dia 15 de março, destacando a atuação de Marielle como defensora dos direitos humanos e pedindo rigor na investigação.

Um dos protestos em memória de Marielle aconteceu na favela da Maré alguns dias após o assassinato. Mais de 5 mil pessoas marcharam em memória da vereadora.



Professores, participem dos Grupos de Trabalho do Sindicato!

O ANDES-SN é um sindicato composto, estruturalmente, pelas instâncias: Congresso da entidade, Conselho do ANDES (CONAD), Diretoria Nacional e pelas Seções Sindicais (estas constituídas por assembleia geral, diretoria e outros órgãos instalados no seu interior). Além destas, também integram o Sindicato, Grupos de Trabalho temáticos, que apesar de não terem caráter deliberativo, subsidiam e apoiam as ações e políticas.

Os GTs são instituídos no Congresso e no Conad, podem ser temporários ou permanentes e atuam tanto no nível nacional quanto regional promovendo reuniões, encontros e seminários. Os GTs nacionais reúnem os representantes dos grupos de trabalho locais para pensar e propor propostas que subsidiem a Diretoria Nacional na formulação de políticas do Sindicato.

No momento, onze Grupos de Trabalho atuam em nível nacional dedicando-se aos seguintes temas: Grupo de Trabalho em Carreira (GTC), Comunicação e Artes (GTCA), Ciência e Tecnologia (GTCT), Fundações (GTFundações), História do Movimento Docente (GTHMD), Trabalho Política Agrária, Urbana

e Ambiental (GTPAUA), Políticas de Classe, questões étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), Política Educacional (GTPE), Política de Formação Sindical (GTPFS), Segurança Social/Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), e Verbas (GTVerbas).

Localmente, alguns dos grupos atuantes na Rural são o GTPE, o GTPAUA, o GTPCEGDS e o GTPFS. A ADUR convida todos os filiados e filiadas a participarem dos GTs. Nas assembleias, a Diretoria pauta a atualização dos grupos, mas reforça que não é preciso estar inscrito para participar das reuniões dos GTs. A participação dos professores nas discussões é uma forma de atuação direta da base nas políticas do sindicato, contribuindo com o processo de mobilização e fortalecendo o caráter democrático do ANDES.

A lista a seguir inclui os nomes de professores e professoras que já estavam inscritos em 2017, acrescida com os nomes que foram indicados entre novembro de 2017 e março de 2018. Se houver alguma omissão ou necessidade de exclusão pedimos que seja comunicado à Diretoria.

GTECA

*Alexandre Pinto Mendes
Delson Lima Filho
Markos Klemz
Pedro Hussak*

GTCT

*Carlos Domingos
Markos Klemz*

GTPAUA

*Andrey Ferreira
Carlos Domingos
Cristina Lorenzon
Luciano Alonso
Silvia Martins*

GTPCEGDS

*Andrea Sampaio
Carmen Andriolli
Dan Gabriel Cordeiro
Geny Ferreira
Jaqueline Rocha
Moema Guedes
Oswaldo Nascimento*

GTPE e GT Carreira

*Ana Cristina Santos
Elisa Guaraná
Joecildo Francisco Rocha
Leandro dos Santos*

GTPFS

*Carlos Domingos
Heitor M. Filho*

Comissão de Saúde

*Denise de Carvalho
Lenir Aguiar
Paulo César de Souza
Sérgio Reys
Rosane de Oliveira*



PROFESSORAS E PROFESSORES

venham fazer parte dos Grupos de Trabalho da ADUR

Assembleia da ADUR discute pautas locais e nacionais



Na assembleia, estiveram presentes professores de diversos institutos.

Na última quinta-feira, dia 22 de março, aconteceu mais uma Assembleia Geral da ADUR. Professores e professoras debateram, durante quatro horas, pautas sobre a análise da conjuntura, as eleições do ANDES-SN, a atualização dos Grupos de Trabalho da ADUR, e mudanças no contrato da Assessoria Jurídica. Em 'outros assuntos', foi mencionada a portaria do Governo sobre Progressões e as medidas que a entidade vem tomando.

Eleições do ANDES-SN

O primeiro ponto de pauta foi as eleições do ANDES-SN. No Congresso do sindicato, que ocorreu em janeiro, foram homologadas as duas chapas concorrentes e o regimento das eleições, que são nacionais e diretas, ou seja, todos os professores sindicalizados votam em uma das chapas concorrentes. Localmente, as

seções sindicais precisam formar uma comissão eleitoral, composta por um membro da diretoria e por até dois membros indicados por cada chapa. Cabe à Diretoria da ADUR enviar ao Sindicato Nacional a lista de professores eleitores. Os integrantes das duas chapas presentes na assembleia pediram o prazo até o dia 28 de março para enviar os nomes que irão compor a comissão.

Atualização dos Grupos de Trabalho

Outro ponto de pauta foi a atualização dos nomes que compõem os Grupos de Trabalho da ADUR e a comissão de saúde. A Diretoria apresentou os grupos atuantes na ADUR e como funcionam os GTs. Cada grupo tem a coordenação de um membro da Diretoria e os nomes dos integrantes são homologados no Congresso do ANDES e no CONAD. Mas isto não impede que professores não

inscritos participem das reuniões. Os professores Leandro dos Santos e Elisa Guaraná se dispuseram a participar do Grupo de Trabalho em Política Educacional; o professor Carlos Domingos decidiu participar do Grupo de Trabalho em Política e Formação Sindical. Também foram reforçados os nomes da Comissão de Saúde, que atua junto à Unimed. São eles: Denise de Carvalho, Lenir Aguiar, Rosane de Oliveira, Paulo César de Souza e Sérgio Reys.

Análise de conjuntura

No debate sobre análise de conjuntura, a Diretoria apresentou o eixo de luta do sindicato, que foi decidido no Congresso do ANDES, e que norteia e instrumentaliza os docentes nas pautas políticas do ano. Ele também fez os informes da reunião do Setor das Instituições Federais ocorrida nos dias 10 e 11 de março.

Um dos encaminhamentos desta

reunião foi orientar que as seções pautassem nas assembleias de base, dentre outros pontos, o sufocamento das IEES, a ausência de recursos e as estratégias de luta contra os ataques à autonomia universitária. Neste ponto sucedeu-se uma ampla discussão sobre a necessidade e a importância de uma creche universitária na UFRRJ. Foi encaminhado que a ADUR irá formalizar uma cobrança à reitoria sobre o andamento deste assunto com o subsídio de informação de professores e professoras que já estiveram envolvidos em comissões que trataram o tema creche ao longo dos anos.

Mais uma decisão da assembleia pautada pela reunião do Setor das IFES foi encaminhar ao Grupo de Trabalho em Política Educacional a construção das etapas regionais preparatórias ao III Encontro Nacional de Educação (ENE).

Em outro encaminhamento do mesmo ponto de conjuntura ficou decidido que a ADUR irá tomar a iniciativa de propor, junto das outras categorias, de movimentos sociais

que atuam dentro da universidade e na cidade de Seropédica, uma Plenária Local. O objetivo é discutir as pautas políticas, como a intervenção federal militar no Rio de Janeiro e formas de mobilização.

Por unanimidade, a Assembleia da ADUR se posicionou contrária à intervenção federal militar no Rio de Janeiro.

Mudanças no contrato da Consultoria Jurídica da ADUR-RJ

Este ponto foi aberto com um relato da Diretoria sobre a situação atual da nossa assessoria jurídica. Foi explicado que na troca da assessoria do advogado Chalréo para o advogado Gustavo, em meados do ano passado, foram efetuadas mudanças contratuais importantes. Por exemplo, no novo contrato ficaram de fora as áreas de direito comercial e cível, que são fundamentais para a segurança jurídica da entidade em assuntos como, por exemplo, convênios de saúde.

Além disso, o atual advogado da

ADUR, Gustavo Berner, propôs à Diretoria alterar a forma de prestação de serviço mudando de um contrato nominal com o próprio, para um contrato com o seu escritório de advocacia.

Mais uma variante discutida foi a questão de contratação ou não de outro assessor para intensificar o atendimento aos filiados, função que vinha sendo exercida pelo advogado Rafael, cujo contrato expirou em dezembro de 2017. Este contrato, firmado em setembro de 2017, visava, segundo o próprio, facilitar a transição entre a assessoria jurídica anterior e a atual.

A assembleia debateu o assunto e ficou decidido que será feito um levantamento entre filiados, para se avaliar a necessidade de manter mais um assessor para atendimento e que a diretoria irá buscar informações com outras seções sindicais do Rio de Janeiro para escolher o melhor modelo de assessoria jurídica, com menor custo/benefício. As informações serão levadas para assembleia.





Outros assuntos

Nos informes iniciais, a Professora Moema Guedes, do DCS-ICHS questionou a Diretoria da ADUR por uma possível demora em liberar transporte, solicitado para participação de professores e outros segmentos da UFRRJ no velório da Vereadora Marielle, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A Diretoria esclareceu que este transporte foi liberado logo que solicitado, ainda pela manhã, e que eventuais problemas que possam ter ocorrido não poderiam ser atribuídos a esta liberação, mas sim

à própria organização na saída dos grupos que utilizaram o transporte, principalmente problemas de comunicação. Isto é compreensível, já que todas as providências tiveram que ser tomadas em curtíssimo espaço de tempo.

O Professor Wellington Augusto da Silva, do CTUR, pediu a palavra para relatar que, como delegado da ADUR-RJ no 37º Congresso acabou cometendo um erro grave e que gostaria naquele momento de se desculpar, já que não votou de acordo com o que havia sido aprovado pela Assembleia da

nossa Seção Sindical, em uma das Plenárias do Congresso. A proposta se referia à questão da liberação do aborto, que gerou intenso debate, e a deliberação tomada, com votação muito dividida, pela AG da ADUR-RJ era pela abstenção e substituição do item por outra formulação. Segundo o professor, no momento da votação na Plenária do Congresso que decidia o assunto, ele estava atento ao celular, devido a um problema familiar. Mencionou também que se sentiu ofendido, pelo fato do Presidente da ADUR-RJ ter falado para ele, em particular, ainda na Plenária, que ele não tinha votado de acordo com a deliberação da nossa Seção Sindical. Em resposta, o Presidente elogiou a autocrítica e o reconhecimento do erro, e esclareceu que o questionamento feito ao professor Wellington foi respeitoso e educado. Um questionamento como este faz parte das responsabilidades da Direção, uma vez que os delegados e as delegadas são representantes da classe e devem seguir sempre as decisões aprovadas em nossa instância máxima.

Outro ponto, amplamente discutido entre os professores, foi a portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que prevê alterações muito significativas na progressão funcional aos docentes das IFES. Diante deste documento, a Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN preparou uma análise jurídica preliminar, já disponível na página do Sindicato. Também a Administração Superior da UFRRJ publicou nota sobre o assunto, com outras medidas aparentemente mais restritivas. Com o objetivo de melhor informar os professores e subsidiar os encaminhamentos, a Diretoria da ADUR informou à assembleia que encaminhou os três documentos para a Assessoria Jurídica da ADUR-RJ de maneira a que esta emita um parecer e dê mais subsídios.

No início de mais um ano letivo, ADUR oferece café de boas vindas

A diretoria da ADUR ofereceu, no dia 14 de março, um café da manhã aos professores associados. O evento foi um espaço de fraternidade e de boas vindas para o novo ano letivo. A confraternização aconteceu na anexo da ADUR e contou com a presença de vários professores. Confira algumas fotos:



ADUR faz aniversário

No dia 30 de maio de 1979 aconteceu a assembleia de professores da UFRRJ que fundou a Associação dos Docentes da Universidade Rural. Com 240 professores, cerca de 60% do corpo docente da universidade na época, foram estabelecidos aspectos

básicos que norteiam o sindicato até hoje, como a organização e tomada de decisões pela base, contra o imposto sindical, com filiação e contribuição voluntária de cada docente e a autonomia com relação a partidos políticos, governos e Estado.

Em 2018, a associação completa 39 anos de atuação política e importantes conquistas. Para celebrar a data, a Diretoria da ADUR irá preparar uma atividade cultural na sede do associação, a partir das 16h, com música ao vivo e um coquetel. Participe!



ADUR INFORMA

Presidente: Luís Mauro S Magalhães, **1º Vice-Presidente:** Victor Cruz Rodrigues, **2º Vice-Presidente:** João Telhado Pereira, **1ª Secretária:** Denise Monte Braz, **2ª Secretária:** Célia Regina Otranto, **1º Tesoureiro:** Antônio José Mayhe Nunes, **2º Tesoureiro:** Leandro Tomaz de Araújo.

Equipe de Comunicação

Jornalista: Pollyana Lopes, **Estagiária:** Gabriela Venancio.

Rod. BR 465, Km 7 - Campus da UFRRJ - Seropédica, RJ
CEP: 28851-970 - Caixa Postal: 74537